

Resenha do artigo intitulado “A evolução da Lei Maria da Penha e a busca pela efetividade das medidas protetivas”¹

Review of the article titled “The evolution of the Maria da Penha Law and the search for the effectiveness of protective measures”

Rhaissa Barbosa Babolin²

 <https://orcid.org/0009-0001-9739-6675>

 <http://lattes.cnpq.br/0412460984807421>

UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil

E-mail: rhaissa.babolim@hotmail.com

Resumo

Esta é uma resenha do artigo intitulado “A evolução da Lei Maria da Penha e a busca pela efetividade das medidas protetivas”. Esse artigo é de autoria de Micael Portela Freitas, Jonas Rodrigo Gonçalves e Raíssa Tainá Costa Santos. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico “Revista Processus de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social”, no ano 5, na edição n. 9, jan.-jul., 2023.

Palavras-chave: Gênero. Sociedade. Violência doméstica. Medidas protetivas. Lei Maria da Penha.

Abstract

This is a review of the article titled “The evolution of the Maria da Penha Law and the search for the effectiveness of protective measures”. This article is authored by: Micael Portela Freitas; Jonas Rodrigo Gonçalves; Raíssa Tainá Costa Santos. The article reviewed here was published in the journal “Revista Processus de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social”, year 5, edition n. 9, jan.-jul., 2023.

Keywords: Genre. Society. Domestic violence. Protective measures. Maria da Penha Law.

Resenha

Esta é uma resenha do artigo intitulado “A evolução da Lei Maria da Penha e a busca pela efetividade das medidas protetivas”. Esse artigo foi elaborado pelos autores a seguir: Micael Portela Freitas, Jonas Rodrigo Gonçalves e Raíssa Tainá Costa Santos. O artigo resenhado neste trabalho foi publicado no periódico “Revista Processus de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social”, no ano 5, na edição n. 9, jan.-jul., 2023.

No tocante aos autores, grande parte da formação e da experiência que lhes cabe contribui eficientemente para a reflexão sobre os temas sobre os quais eles se

¹ Resenha de aproveitamento da disciplina TC (Trabalho de Curso), do curso *Bacharelado em Direito*, do Centro Universitário Processus – UniProcessus, sob a orientação dos professores Jonas Rodrigo Gonçalves e Danilo da Costa. A revisão linguística foi realizada pelo professor Filipe da Silva Linhares.

² Graduanda em Direito pelo Centro Universitário Processus – UniProcessus.

propõem a escrever. A seguir, encontra-se uma breve apreciação do currículo de cada um para que se possa conhecê-los com mais profundidade.

O primeiro autor do artigo ora resenhado é Micael Portela Freitas. Ele está cursando graduação no curso de Direito pela UniProcessus. Possui curso já concluído de graduação em Ciências Contábeis pela UnB e de pós-Graduação em Perícia Contábil pela AVM Faculdade Integrada. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9937859953989621>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3528-2899>

O segundo autor do estudo em apreço é Jonas Rodrigo Gonçalves. Possui doutorado no curso de Psicologia, mestrado em Ciência Política (Direitos Humanos e Políticas Públicas) e licenciatura nos cursos de Filosofia e Letras (Português e Inglês). É especialista nas disciplinas de Direito Constitucional e Processo Constitucional, Direito Administrativo, Direito Trabalhista e Processo do Trabalho, além das demais especializações relevantes no ambiente acadêmico. É docente do Centro Universitário Processus (DF) e da Faculdade Sena Aires (GO). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6904924103696696>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4106-8071>

A terceira autora desse artigo é Raíssa Tainá Costa Santos. É graduada em Direito pela Universidade Católica de Brasília e pós-graduada em Direito Público pela Faculdade Projeção. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5576117226140373>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7966-1834>

O artigo resenhado é dividido nos seguintes capítulos: Resumo, Palavras-chave, *Abstract*, *Keywords*, Introdução, A evolução da Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), A busca pela efetividade das medidas protetivas, Considerações finais e Referências.

O estudo elucida acerca do progresso da Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) e da sua constante busca pela eficácia na aplicabilidade das medidas protetivas, de modo a questionar se tais medidas, ainda que haja alguns entraves ao longo dos anos de sua aplicação, têm sido satisfatoriamente efetivas em lograr êxito quanto à finalidade por elas almejada, ou seja, no que concerne ao resguardo da segurança e integridade da mulher.

O tema desse estudo é: “A evolução da Lei Maria da Penha e a busca pela efetividade das medidas protetivas”. Foi discutida a problemática a seguir: “A Lei Maria da Penha tem sido efetiva no que se refere à aplicação das Medidas Protetivas?”. Para isso, o referido artigo partiu desta hipótese: “A referida legislação tem conseguido ser efetiva, mesmo diante de alguns entraves”.

No delineamento do trabalho, os autores definiram que o objetivo geral do artigo resenhado foi “concluir pela necessidade e efetividade das medidas protetivas relacionadas na lei em referência, analisando as dificuldades para sua aplicação”. De modo específico, os objetivos do artigo em questão foram: identificar as dificuldades encontradas para a efetivação das medidas protetivas assim como da Lei nº 11.340 (BRASIL, 2006) e realizar apontamentos de possíveis soluções para a plena aplicabilidade dessas medidas protetivas.

Em relação à contribuição desse artigo, ela versa não apenas no que tange ao âmbito acadêmico, ao trazer os apontamentos legais, mas também quanto ao viés social, quando aborda o reflexo da violência doméstica perante toda a sociedade, visto que sua matéria, por si só, ultrapassa os limites do Direito ao se aprofundar em questões de grande relevância psicológica e assistencial nas diversas camadas sociais presentes no país.

Quanto ao método utilizado para a realização da pesquisa do artigo em questão, esse foi definido como sendo de pesquisa teórica e bibliográfica, com o propósito direcionado de analisar conceitos e questionamentos presentes em outros artigos científicos e livros acadêmicos acerca do tópico em discussão. Além disso, foram utilizados, como fonte, os principais instrumentos legais juntamente com a doutrina e a jurisprudência, que tratassem a respeito da Lei nº 11.340 (BRASIL, 2006) e dos seus obstáculos durante todos os seus anos de execução. Foi estabelecido o total de cinco artigos científicos, localizados por meio da plataforma Google Acadêmico, sendo que as principais expressões em sua busca foram as seguintes: “violência doméstica”, “medidas protetivas” e “Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006)” (HENRIQUES; MEDEIROS, 2017, p. 106). Para refinar a seleção, foram utilizados os seguintes critérios: artigos com, no máximo, três autores, considerando que ao menos um deles tivesse a qualificação de mestre ou doutor, além de terem sido publicados em revista acadêmica com ISSN.

Na introdução (primeira etapa do estudo), os autores discorrem, principalmente, sobre o surgimento da Lei nº 11.340 (BRASIL, 2006) também conhecida como Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), ao informar aos leitores que essa adveio da percepção de um cenário perpetuante de violência doméstica no Brasil, que, após grande pressão internacional, atuou com maneiras de inibir tal prática delituosa (ROSA; CRUZ, 2017, p. 2). Durante os anos de vigência da Lei nº 11.340 (BRASIL, 2006), criaram-se projetos com o intuito de averiguar a efetividade de sua execução desde o momento de sua criação. O trabalho aqui resenhado busca analisar a real aplicabilidade das providências cautelares descritas na lei ora mencionada diante dos obstáculos por ela vivenciados.

Com relação à segunda etapa do trabalho, com o desenvolvimento do tópico “A evolução da Lei Maria da Penha e a busca pela efetividade das medidas protetivas”, os autores, de maneira relevante, afirmam que, com o crescente empoderamento feminino, por meio de diversos feitos do gênero em questão, houve, ao longo dos anos, maior liberdade entre as brasileiras em seus diversos âmbitos de vida em sociedade (VASCONCELOS; RESENDE, 2018, pp. 121-122). Provou-se, porém, que o principal motivo para a ocorrência de atos delitivos contra mulheres seria, de algum modo, a sensação de controle e dominância externada por homens que os cometem contra suas companheiras (PINKER, 2013).

Ademais, os autores também contribuíram ao informarem que, nos anos de 1970, foram devidamente revogadas legislações problemáticas em diversas nações do Ocidente, as quais apontavam mulheres como propriedade dos seus pais e cônjuges, estando à mercê desse controle parental ou conjugal para a realização das tarefas mais simples ou, até mesmo, no que tange às decisões complexas sobre suas vidas. Houve, dessa forma, uma anuência entre os variados países que as lesões físicas, morais, psicológicas e patrimoniais contra as mulheres, na verdade, eram de caráter urgente, pois se tratava de uma transgressão aos Direitos Humanos, e não apenas nacionalmente relacionada a cada país (PINKER, 2013).

Acerca da terceira etapa da obra, com a continuação do desenvolvimento anteriormente mencionado, de modo indispensável, os autores evidenciam que a mulher não mais é vista como “vítima” em um caso de violência, mas, sim, vivencia uma “situação” de violência doméstica, com o intuito de alcançar o reconhecimento da transgressão como um fato sociocultural, em que a influência na sociedade como um todo acabou por gerar. Por esse ponto de vista, é possível idealizar condutas de precaução desse fenômeno e, conseqüentemente, reduzir as estatísticas altíssimas

desse crime por meio da proteção dos direitos das mulheres (CAMPOS; CARVALHO, 2011; PASINATO, 2012).

Em regra, as autoridades no assunto afirmam que o local de maior incidência de violência física é o domicílio da mulher que vive essa realidade, ou seja, o local em que ela teoricamente estaria com a vida assegurada, porém, dadas as estatísticas, é o ambiente onde sua integridade se encontra em maior grau de vulnerabilidade e que uma considerável parcela dos homicídios seria evitada caso houvesse um efetivo sistema de proteção (AMARAL; AMARAL; AMARAL, 2013, p. 982).

Prosseguindo com a etapa seguinte, o estudo enfatiza, com eficácia, que comumente a vítima costuma possuir um vínculo econômico e emocional com o autor do fato, dificultando o prosseguimento dos trâmites jurídicos, de modo que o Poder Judiciário atue objetivando a continuidade da vítima nas fases processuais em busca da efetivação quanto às referidas medidas. Nesse contexto, os dispositivos da Lei nº 11.340 (BRASIL, 2006) trouxeram um conjunto de mecanismos capazes de assegurar a finalidade de proteger a vítima de opressão doméstica e familiar (AMARAL; AMARAL; AMARAL, 2013, p. 985).

Conforme a legislação em foco, passa a ser adotado um tratamento diferenciado à mulher desde a fase de investigação, por meio dos encarregados pelas diligências do inquérito policial, até a condução do processo criminal. Dessa maneira, é possível realizar a análise dos fatos como verdadeiros ou não. Desde então, o juiz está capacitado a decretar uma tutela cautelar, que, no caso em pauta, são medidas cautelares, ou, até mesmo, a prisão preventiva do autor das agressões (VASCONCELOS; RESENDE, 2018, p. 126).

Na etapa final do desenvolvimento, os autores sabiamente destacam que uma das principais problemáticas quanto à aplicabilidade dessas medidas urgentes é que, em grande parte dos casos, torna-se penoso o ato de localizar tanto o agressor quanto a vítima. Esse fato é tratado por órgãos policiais de algumas das principais capitais brasileiras como “desaparecimento intencional” ao não decidirem dar continuidade à denúncia, trazendo uma banalização do uso dessas medidas que são de caráter de urgência (PASINATO, 2012; JUBB, 2010).

Há, ainda, nesse estudo, uma crítica acerca da omissão do Estado, que, de certa maneira, ao criar a Lei nº 11.340 (BRASIL, 2006), apenas reaproveitou crimes já definidos no direito material criminal. Essa ausência de tipos penais específicos mais rigorosos para uma situação atípica teria causado muitos descumprimentos de medidas por parte dos autores do delito, que possuem um sentimento de impunidade diante da lei, impactando diretamente a crescente reincidência dos atos criminosos (VASCONCELOS; RESENDE, 2018, p. 128).

Posto isso, foram apresentadas, no artigo, ideias relevantes capazes de auxiliar no progresso de diminuição do fenômeno estudado. Na lista sugerida, há a menção de instituições especializadas no amparo profissional de mulheres vitimadas, disponibilização de infraestrutura que proporcione maior qualificação dos atores que serão fundamentais no auxílio à vítima, assim como a vigilância e o controle do agressor por meio de ferramentas tecnológicas e, após isso, um tratamento que vise modificar a mentalidade de domínio e controle sobre a mulher.

Por fim, os autores demonstram que, apesar dos entraves que a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) vem continuamente vivenciando desde sua vigência, há mais pontos que progrediram ao impulsionar denúncias e resoluções de casos de opressão feminina do que o contrário. Outra percepção compartilhada pelos desenvolvedores do trabalho é relacionada ao fato de que a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) produz, sim, grande efeito no contexto de violência doméstica contra a mulher. Não obstante,

seu uso de forma isolada e não conjugada com a atuação de mecanismos sociais por meio de políticas públicas evidencia a dificuldade de reduzir, consideravelmente, o número de casos atrelados a essa prática delituosa.

Referências

AMARAL, Nádia de Araújo; AMARAL, Cledir de Araújo; AMARAL, Thatiana Lameira Maciel. Mortalidade feminina e anos de vida perdidos por homicídio/agressão em capital brasileira após promulgação da Lei Maria da Penha. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 22, pp. 980-988, 2013.

BRASIL. **Lei nº 11.340**, de 7 de agosto de 2006: Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 15 abr. 2023.

CAMPOS, Carmen Hein de; CARVALHO, Salo de. Tensões atuais entre a criminologia feminista e a criminologia crítica: a experiência brasileira. In: CAMPOS, Carmen H. de (org.). **Lei Maria da Penha sob a perspectiva feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

FREITAS, Micael Portela; GONÇALVES, Jonas Rodrigo; SANTOS, Raíssa Tainá Costa. A evolução da Lei Maria da Penha e a busca pela efetividade das medidas protetivas. **Revista Processus de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social**. Ano 5, n. 9, jan.-jul., 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.5281/zenodo.7668336>>. Acesso em: 20 mar. 2023.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 3, n. 7, pp. 95-107, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3969652. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/41>>. Acesso em: 5 abr. 2023.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como escrever um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, pp. 29-55, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319105. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/122>>. Acesso em: 15 abr. 2023.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como fazer um projeto de pesquisa de um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, pp. 1-28, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319102. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/121>>. Acesso em: 15 abr. 2023.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Escolha do tema de trabalho de curso na graduação em Direito. **Revista Coleta Científica**. Vol. 5, n. 9, pp. 88-118, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.5150811. Disponível em: <<http://portalcoleta.com.br/index.php/rcc/article/view/58>>. Acesso em: 20 mar. 2023.
HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, João Bosco. **Metodologia Científica da Pesquisa Jurídica**. 9. ed. Atlas, 2017.

JUBB, Nadine *et al.* **Delegacias da mulher na América Latina**. Uma porta para deter a violência e ter acesso à Justiça. Quito: Ceplaes/Trama, 2010.

PASINATO, Wânia. Acesso à justiça e violência contra a mulher em Belo Horizonte. São Paulo: **Annablume/FAPESP**, 2012.

PINKER, Steven. Os anjos bons da nossa natureza. **Por que a violência diminuiu?** São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

ROSA, Margareth de Abreu; CRUZ, Mário Lúcio Dias da. A (In)efetividade das medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha. **Revista Pensar Direito**, v. 8, pp. 1-19, 2017.

VASCONCELOS, Claudivina Campos; RESENDE, Gisele Silva Lira de. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: A aplicabilidade e eficácia das medidas protetivas como instrumento de prevenção e combate à reincidência na Comarca de Barra do Garças – MT. **Revista do Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais da UniJuí**. Rio Grande do Sul. 2018.